

Transformação digital: contribuições para a preservação da língua, história e memória

*Elisa Cristine dos Santos*¹

Escrevente técnico judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo

Sumário: 1. Introdução; 2. Transformação digital; 3. Língua, história e memória; 4. Estudo de caso: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e suas contribuições para a preservação da língua, história e memória; 4.1 Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo; 4.2 O maior tribunal do mundo em volume de processos; 4.3 Produção de conteúdo digital; 5. Considerações finais; Referências.

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo apresentar um estudo de caso, descrevendo, de forma não exaustiva, algumas contribuições do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) para a preservação da língua, história e memória, por meio da sua jornada de transformação digital.

A estratégia digital implementada pela Corte paulista ao longo dos anos resulta, por exemplo, na inovação da prestação do serviço jurisdicional, da comunicação institucional nos âmbitos interno e externo, da gestão documental, bem como na preservação de seu acervo de obras, objetos e documentos, que compõem o patrimônio cultural brasileiro.

Essa jornada de transformação digital e inovação engloba o aproveitamento máximo dos recursos tecnológicos disponíveis para realizar a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, que constituem elementos de prova e informação, bem como servem de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.

2. Transformação digital

A transformação digital consiste no uso de informações e tecnologias, de forma estruturada e com objetivos específicos, para otimizar processos, agregar valor e gerar resultados para a organização.

Existem organizações que já nasceram digitais, como bancos e aplicativos de serviços de mobilidade e hospedagem, mas muitas organizações da atualidade nasceram de forma analógica e em algum momento de sua história irão fazer uma jornada em busca da transformação digital, quebrando paradigmas em relação à integração de pessoas, dados e processos.

¹ Graduada em Letras (Português e Espanhol) pela Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Formação de Tradutores de Língua Inglesa pelo Centro Universitário Claretiano. MBA em Digital Business em curso pelo Centro Universitário Claretiano. Microsoft Office Specialist: Excel Associate certificada pela Microsoft.

Isso envolve uma mudança cultural na organização, em que seus membros procurem utilizar informações, tecnologias, ferramentas, processos e métodos capazes de promover o crescimento eficiente, organizado e sustentável da organização, bem como a melhoria na experiência dos usuários de seus produtos e serviços.

A transformação digital pode começar com a elaboração de uma estratégia digital para a coleta, organização e análise de dados, por meio de ferramentas de *business intelligence*, e alcançar o uso de tecnologias relacionadas a inteligência artificial, realidade virtual e internet das coisas, por exemplo, para atingir seus objetivos.

3. Língua, história e memória

Língua, história e memória constituem áreas do saber repletas de definições, estudos e discussões complexas sobre seus mais diversos aspectos. Desta feita, este artigo pretende apresentar apenas uma reflexão acerca da sua relevância na jornada de transformação digital que tenha entre seus objetivos a preservação do patrimônio nacional e a promoção do acesso à informação.

A pluralidade da língua portuguesa, como patrimônio cultural brasileiro, manifesta-se no seio do Judiciário, que acolhe a produção linguística de magistrados, juristas, servidores e membros da sociedade, que buscam seus serviços para resolver conflitos e preservar seus direitos.

Essa produção engloba textos escritos à mão, datilografados, digitados e falados, sobre os mais diversos assuntos, que são úteis para estudos relacionados a sociolinguística variacionista, linguística de corpus, processamento de linguagem natural (no campo da inteligência artificial), história da língua e filologia, entre tantas outras especialidades.

Qualquer língua expressa a cultura da comunidade que a fala, transmitindo-a através das gerações e fazendo-a circular no seio dessa comunidade. Por desempenhar tão ampla função, a língua é considerada um autêntico alicerce da estrutura social: além de sua utilidade mais óbvia como instrumento cotidiano das interações humanas, ela possibilita a construção de conhecimentos e sua armazenagem em arquivos sonoros ou impressos para uso na ciência, na educação, na literatura, no direito, na religião, no lazer, na administração pública, etc. (AZEREDO, 2008)

O Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ nº 324/2020, que institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), define:

Gestão da Memória como o conjunto de ações e práticas de preservação, valorização e divulgação da história contida nos documentos, processos, arquivos, bibliotecas, museus, memoriais, personalidades, objetos e imóveis do Poder Judiciário, abarcando iniciativas direcionadas à pesquisa, à conservação, à restauração, à reserva técnica, à comunicação, à ação cultural e educativa.

Assim, língua, história e memória se entrelaçam para construir e representar o patrimônio nacional, que serve de fonte de informação relevante para a sociedade do ponto de vista histórico, educacional e científico.

4. Estudo de caso: o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e suas contribuições para a preservação da língua, história e memória

Considerando a magnitude do TJSP, com seus mais de 2 mil magistrados e aproximadamente 40 mil servidores, distribuídos em 320 comarcas, o uso de tecnologias inovadoras para uma transformação digital de sucesso se faz essencial. Entre os recursos utilizados no âmbito da Gestão da Tecnologia da Informação estão aqueles relacionados a *big data*, armazenamento de dados em nuvem, inteligência analítica e visualização de dados, inteligência artificial, segurança da informação, bem como desenvolvimento web e de sistemas.

O aparato tecnológico atende, quando necessário, às normas e diretrizes relativas ao Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), ao Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), ao Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (Moreq-Jus), adotando ainda “repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), desenvolvido como software livre, gratuito e de código aberto, projetado para manter os dados em padrões de preservação digital e o acesso em longo prazo” (Resolução CNJ nº 324/2020).

Todos esses recursos contribuem diretamente para a gestão e preservação de informações e documentos, para o desenvolvimento de páginas web interativas, bem como painéis de visualização sobre assuntos diversos. Concorrem ainda para a produção de conteúdo e consequente promoção da educação, por meio de cursos, palestras, publicações e exposições on-line, e visitas guiadas virtualmente para diversos tipos de público, entre outras atividades relevantes para o aprimoramento da prestação do serviço público e a promoção do acesso à informação.

4.1 Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo

Uma das contribuições mais representativas que o TJSP realizou para a preservação da língua, história e memória foi o lançamento do *Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo*. Ele ocorreu no dia 10 de maio de 2021, data em que é celebrado o Dia da Memória do Poder Judiciário, e representa um marco na jornada de transformação digital do TJSP.

Sua função é promover o acesso a materiais que compõem o patrimônio histórico, cultural, arquivístico, bibliográfico e museológico, produzido ao longo dos quase 150 anos de história da Corte paulista, por meio de páginas web com acesso livre e gratuito.

O Portal apresenta os materiais organizados segundo os seguintes assuntos: História do TJSP; Museu; Arquivo e Gestão Documental; Comissão de Gestão da Memória; Repositório de Memória do TJSP; Proname/CNJ; Palácio da Justiça; Memória da Magistratura; Biblioteca; Agenda 150 anos; Dia da Memória; Destaques; Visite o TJSP.

O usuário pode navegar pelas páginas de forma dinâmica e acessar textos explicativos relacionados à história e à gestão de documentos, como a descrição do processo de inventário da Marquesa de Santos, datado de 1842, e imagens de objetos que compõem o acervo do Museu do TJSP, como a vara de juiz ordinário e a toga do magistrado.

FUNDO: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo		SÉRIE DOCUMENTAL: Marquesa de Santos	
FORMATO: folha/original	SUPPORTO: papel	FORMA: original	GÊNERO: textual
REGIONAL: Palácio da Justiça	ANO: 1842	OFÍCIO: Tribunal da Relação	TIPO DOCUMENTAL: processo jurídico
Nº PROCESSO: 1842	AÇÃO: Sequestro de Bens		

Peça Processual	Número das Folhas
Petição assinada pela própria Marquesa de Santos	26
Sentença	32 e 32 verso

Figura 1 - Dados do processo de Inventário da Marquesa de Santos

Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo, seção Gestão Documental e Arquivo, subseção Arquivo Permanente. Disponível em: <https://bit.ly/3bgO3RL>



Figura 2 - A vara de juiz ordinário e a toga do magistrado

Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo, seção Gestão Documental e Arquivo, subseção Arquivo Permanente. Disponível em: <https://bit.ly/3bgO3RL>

O Portal oferece ainda acesso a processos digitalizados contendo textos escritos à mão, como a Ação de Liberdade impetrada por Rosa “creoula” em 1874, que contou com a atuação do abolicionista brasileiro Luiz Gama, e textos datilografados, como os constantes em um dos processos relacionados à Revolução Constitucionalista de 1932.

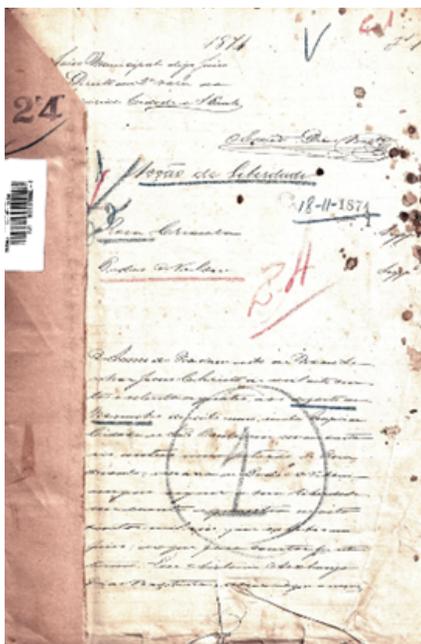


Figura 3 - Processo com texto escrito à mão

Fonte: Exposição Virtual “Luiz Gama e o Judiciário paulista no século XIX”, do Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3pUbUPo>.

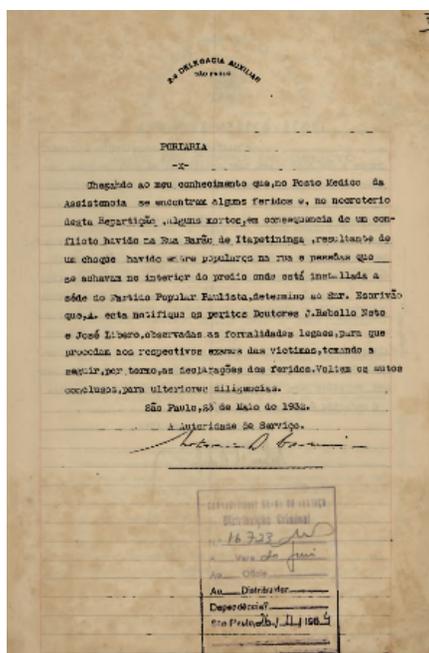


Figura 4 - Processo com texto datilografado

Fonte: Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo, seção Gestão Documental e Arquivo, subseção Arquivo Permanente. Disponível em: <https://bit.ly/3bgO3RL>.

Painéis de visualização gerados por meio de ferramenta de *business intelligence* para consulta interativa sobre os concursos de ingresso na Magistratura do TJSP, que contêm dados dos últimos cinquenta anos, podem ser acessados por meio da página Memória da Magistratura. Vídeos legendados automaticamente em português também representam a produção de conteúdo do TJSP na atualidade.

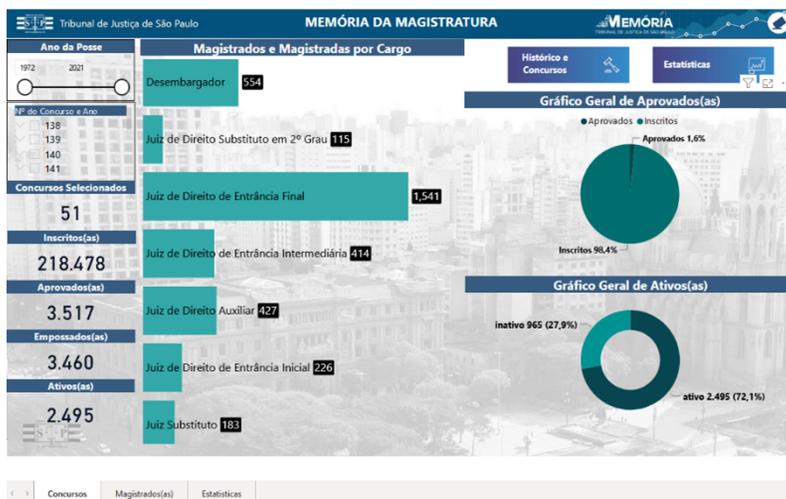


Figura 5 - Concursos de ingresso na Magistratura do TJSP

Fonte: Portal da Memória - Tribunal de Justiça de São Paulo, seção Memória da Magistratura. Disponível em: <https://bit.ly/3GzGPXw>.



Figura - Vídeo de apresentação do Portal da Memória TJSP.

Fonte: Portal da Memória TJSP

4.2 O maior tribunal do mundo em volume de processos

O TJSP é considerado o maior tribunal do mundo em volume de processos, conforme informações institucionais disponíveis em seu site. Os processos físicos e digitais,

judiciais e administrativos, produzidos no âmbito do TJSP, são peças importantes para a documentação da língua portuguesa falada e escrita em diferentes épocas da história, contribuindo assim para a construção da memória da instituição e da sociedade brasileira.

Há processos, ainda que digitais, que contêm requerimentos e documentos escritos à mão e digitalizados produzidos até meados de 2020. Nesse ano, devido à pandemia da Covid-19, começou a ocorrer uma redução na produção desses documentos, tendo em vista a necessidade de isolamento social e a adequação ao trabalho prioritariamente virtual. Isso promoveu uma inovação no processo e um aumento na produção de textos digitados e enviados por e-mail.

A mudança ocorreu não somente no suporte, no formato, mas também no modo de produção. Quando uma pessoa comparecia ao TJSP e formulava um requerimento escrito à mão, em um dos Juizados Especiais Cíveis, por exemplo, ela tinha pouco tempo para refletir sobre a demanda e produzir seu texto. Com a comunicação por e-mail, criou-se a oportunidade de refletir sobre o texto e revisá-lo, fazendo as devidas correções textuais e gramaticais, antes do envio para a Corte.

Essa inovação impulsionou, de forma inesperada, a utilização de recursos tecnológicos para leitura, pesquisa, comunicação e produção de textos, alterando a forma e o conteúdo dos textos e documentos produzidos a partir de tal advento, bem como o comportamento da sociedade frente à transformação digital de forma geral.

A relação entre os processos e a preservação da língua, história e memória é intrínseca, na medida em que eles contêm dados que poderão ser avaliados, selecionados e organizados com a finalidade de transformar dados desestruturados em informações relevantes para a construção da história e memória, por meio da preservação adequada dos documentos e da sua disponibilização para pesquisadores e público em geral, por exemplo.

4.3 Produção de conteúdo digital

O TJSP acelerou sua jornada de transformação digital intensificando a produção e distribuição de conteúdo digital por meio de páginas web, sistemas de gestão de aprendizagem e plataformas de *streaming* e videoconferências. A criação de conteúdo é representada pela publicação de livros, periódicos, notícias e até mesmo do Diário da Justiça Eletrônico (DJE), bem como por cursos, núcleos de estudos e palestras.

Esse conteúdo digital abarca os mais diversos assuntos, entre os quais podemos citar: Acessibilidade; Corrupção; Direito Ambiental; Direito Autoral; Direito Constitucional; Direito de Família; Direito Empresarial; Direito Espacial e Cibersegurança; Direito Internacional Público e Privado; Economia; História e Memória; Infância e Juventude; Proteção de Dados; Violência Doméstica.

Com todo esse material digital disponível, a Corte paulista gera valor para a sociedade, facilitando o acesso à informação e documentando não somente a história, mas também a língua portuguesa corrente, ainda que não seja sua função primordial.

5. Considerações finais

Com esta breve análise sobre um recorte da ampla jornada de transformação digital do TJSP, observamos a concentração de esforços em uma transformação digital que, além

de contribuir para a preservação da língua, história e memória, cumpre seu objetivo essencial de aproximar a justiça do cidadão por meio do aprimoramento da prestação do serviço público e da promoção do acesso à informação.

Esperamos que este estudo de caso sirva de referência e inspiração para a implementação de iniciativas inovadoras relacionadas à preservação da língua, da história e da memória, nos âmbitos público e privado. Afinal, a construção desses pilares ocorre com a contribuição de toda a sociedade.

Referências

AZEREDO, J. C. (Coord.). *Escrevendo pela nova ortografia: Como usar as regras do novo acordo ortográfico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PubliFolha, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução CNJ nº 324/2020. Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário - Proname. *Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, n. 215, p. 4-11, 9 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Empqzx>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/3B00ZFW>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 455, 09 jan. 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3mpdqXY>. Acesso em: 19 jun. 2021.

MICROSOFT CORPORATION. *A transformação digital no governo*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3EmBiS0>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Planejamento Estratégico 2021-2026*. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3GozY20>. Acesso em: 15 ago. 2021.

TRANSFORMAÇÃO digital: TJSP e Governo do Estado em busca de melhorias dos serviços oferecidos ao cidadão. *Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 jul. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3EmKGVO>. Acesso em: 15 ago. 2021.